

economia

# Simers promove debate sobre reforma tributária

Encontro teve participação online do secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy

/ CONJUNTURA

Caren Mello, especial para o JC  
caren.mello@jcrs.com.br

A reforma tributária definirá uma alíquota padrão de referência próxima a 10,6%, além de permitir a recuperação de créditos. Aluguéis, compra de equipamentos, água e luz são alguns dos itens que poderão ser recuperados, assim como custos com serviços terceirizados. As informações foram passadas pelo secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, em encontro promovido pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers) ontem, com a participação de dirigentes da entidade e de lideranças médicas.

De acordo com Appy, quando questionado no encontro virtual Simers Brasília - Conexão Nacional, além da redução de alíquotas,

os profissionais da área terão ganhos com o aumento da demanda, uma vez que estimativas do governo federal indicam o aumento da renda média do brasileiro em 10%. “Quando a renda aumenta em 10%, o consumo cresce 15%”, apontou Appy.

Com o objetivo de simplificar os processos de tributação, a reforma adotou um regime não cumulativo, isto é, em cada etapa da produção ou comercialização, o imposto incidirá na renda e haverá recuperação na forma de crédito nas demais etapas. Quanto maior os serviços agregados, como em hospitais e laboratórios, maior o retorno em créditos.

Questionado pelo presidente da Frente Parlamentar da Medicina, senador Hiran Gonçalves, sobre o impacto na renda do profissional que atua como pessoa física, Appy observou que, atualmente, entre os médicos que trabalham

com CNPJ, a maioria atua com lucro presumido, com incidência de Pis/Cofins e ISS, além de despesas administrativas. Somados, chegarão próximo a 10,6%. Por outro lado, aquele que opta por pessoa física, paga Imposto de Renda maior. “Ele terá que avaliar se vale a pena manter o modelo pessoa física ou optar pelo lucro presumido. Depende muito do volume de pacientes”, observou.

Appy explicou que o mesmo tratamento será dado a cooperativas, planos de saúde e seguro saúde. No caso de planos de saúde, a tributação será feita sobre a receita, também com estimativa próxima a 10,6%, semelhante ao que já existe hoje, com a possibilidade de recuperação de créditos. Já em hospitais beneficentes, como as Santas Casas, onde os serviços não são tributados, não há recuperação de créditos. “Se tornar um sistema mais eficiente. Hoje, as



MARCELO G. RIBEIRO/ARQUIVO/JC

Appy disse que efeito econômico será o maior ganho da reforma

empresas acabam internalizando um serviço que poderia ser feito de maneira bem melhor por um terceiro. Essa facilidade permite que o crédito com esse terceirizado seja recuperado”, avaliou.

“Mas o maior ganho da reforma tributária é o efeito econômico:

vai aumentar a renda das famílias, a demanda e consumo.” O secretário também adiantou que está em discussão uma lista de dispositivos médicos que poderão vir a ter alíquota zero, enquanto que medicamentos e equipamentos médicos terão alíquota reduzida.



Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática

- Recuperação de equipamentos públicos (Saúde, Educação, Social, áreas verdes e demais serviços)
- Recuperação da Orla do Guaíba
- Recuperação de atividades empresariais, emprego e renda
- Incentivo à oferta de habitação de interesse social
- Projeto de desenvolvimento sustentável das Ilhas
- Incentivos urbanísticos para o Centro Histórico e o Quarto Distrito
- Sistema de medição e alerta de riscos
- Sistema de Proteção
- Obras de reconstrução e segurança hídrica

Dando continuidade à reconstrução da cidade, a Prefeitura de Porto Alegre criou um plano com medidas de curto, médio e longo prazos. Também foi proposta a criação do **Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática**, para integrar e gerenciar as ações, o que deve ser apreciado pela Câmara Municipal.

Com uma projeção de investimentos de mais de **R\$ 800 milhões** em recursos próprios, financiamentos, parcerias privadas e aportes dos governos federal e estadual, o Plano contempla ações em diversas áreas.

O momento é de **trabalho, união, cooperação e comprometimento** para nossa cidade ficar ainda melhor.

Saiba mais em [prefeitura.poa.br](http://prefeitura.poa.br)



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

Conforme a lei 12322/2017, informamos os dados da campanha Plano de Reconstrução e Adaptação Climática, com o custo de R\$ 9.234,91, veiculado em jornal durante o mês de junho de 2024.